Outubro 03

Informativo Online

Celinho do Sinttrocel

Deputado Estadual

Mandato em Movimento

Foto: Alair Vieira

Deputado Celinho põe em debate falta de estrutura do Ministério do Trabalho em MG

O deputado Celinho do Sinttrocel requereu e presidiu em Montes Claros na terça (15/10) audiência pública da Comissão de Trabalho, Previdência e Ação Social da Assembleia, que debateu a falta de estrutura dos órgãos do Ministério do Trabalho na região.

O deputado Celinho requereu a audiência em função de várias denúncias que chegaram ao Gabinete pelo movimento sindical. Entre elas constam ocorrência de trabalho escravo e trabalho infantil; aumento do número de acidentes de trabalho, sobretudo na área de metalurgia e construção civil; demissões em massa; doenças ocupacionais; terceirização da mão de obra e desrespeito aos direitos básicos dos trabalhadores.

Durante a audiência, foram feitas diversas outras denúncias sobre a precariedade da estrutura operacional dos órgãos do MTE, o que dificulta a atuação dos fiscais do trabalho no Norte de Minas, onde são frequentes os delitos relacionados a direitos trabalhistas.

Diante desse quadro relatado pelas mais de 10 entidades sindicais presentes à audiência pública, o deputado Celinho propôs reunir as denúncias e sugestões em um único documento, a Carta de Montes Claros, a ser encaminhado pelas entidades sindicais ao ministro do Trabalho, Manoel Dias, e à presidente da República, Dilma Rousseff, cobrando mais investimentos no órgão e abertura de novo concurso público para fiscais e servidores administrativos.

Comissão vai cobrar providências

Foto: Alair Vieira

Ao final do encontro, o deputado Celinho do Sinttrocel apresentou diversos requerimentos para serem apreciados na próxima reunião da comissão, com a proposta de encaminhar ofícios a órgãos públicos federais e estaduais solicitando providências no sentido de fortalecer a estrutura do MTE em Minas Gerais, em especial no Norte de Minas, e abrir concursos públicos para reposição de vagas de fiscais do trabalho e demais servidores.

O deputado Celinho destaca que o Ministério do Trabalho tem hoje um funcionamento precário e muito aquém das necessidades da sociedade e do Estado brasileiro. "A falta de infraestrutura e de valorização dos servidores e as péssimas condições de trabalho comprometem suas atividades e o atendimento aos trabalhadores nas ações de homologação, negociação, documentação e fiscalização", enfatizou o deputado Celinho. Em decorrência dessa situação, acrescentou, aumentam os acidentes com mortes e invalidez permanente, que se somam a outros graves problemas como o trabalho escravo e o trabalho infantil, "a vergonha do trabalho imigrante e a falta de registro em carteira", entre outras violações de direitos.

Segundo o parlamentar, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) deixou claro que, para o Ministério do Trabalho exercer suas atribuições legais com eficácia e eficiência, precisaria de mais 5.800 auditores fiscais, além dos 3 mil existentes. Ele lembrou que muitos desses servidores que estão hoje em atividade já estão próximos da aposentadoria.

Ministério do Trabalho sofre com sucateamento

Como exemplo do crescente sucateamento do Ministério do Trabalho, o deputado Celinho do Sinttrocel citou a verba destinada à fiscalização em Minas Gerais. Segundo ele, esse valor diminuiu de R$ 1,3 milhão, entre 2009 e 2012, para R$ 900 mil atualmente. Além disso, de acordo com o parlamentar, as diárias estão congeladas e as 20 gerências do Estado têm em torno de 300 fiscais. Destes, 11 estão alocados na gerência de Montes Claros, com o dever de atender, aproximadamente, um milhão de pessoas.

As denúncias foram confirmadas pela gerente regional do MTE em Montes Claros, Eliane Conceição Cunha Meira, para quem os 11 fiscais disponíveis não conseguem atender à crescente demanda. O quadro, segundo ela, deve piorar no ano que vem, quando quatro fiscais vão se aposentar. A gerência, disse, dispõe de 38 funcionários, contando com os 11 fiscais, para atender a 94 municípios. Em março, o prazo do último concurso público venceu e as vagas abertas não foram repostas.